

BULLYING É CASO DE POLÍCIA?

Muito já foi dito a respeito da problemática do *bullying*, termo inglês comumente traduzido por “valentão”, utilizado em países de tradição anglo-saxã para caracterizar casos de violência, especialmente no contexto escolar. Qualquer debate sobre o tema deve levar em consideração que os episódios de violência encenados em instituições de ensino estão longe de constituir uma novidade de nosso tempo. No entanto, o emprego do termo aumentou em larga escala, devido aos coloridos assumidos pela violência na contemporaneidade, bem como à sensibilidade que expressamos diante da mesma.

Mais do que discutir os determinantes deste cenário – tarefa imprescindível, porém exaustivamente realizada atualmente, como o apelo midiático permite concluir – parece igualmente importante refletir sobre as formas de enfrentamento que a nossa sociedade produz diante de mais este desafio. Refiro-me especificamente às chamadas leis antibullying, as quais, seguindo o exemplo norte-americano, entraram em vigor sobretudo a partir do ano passado, em diversos estados brasileiros.

O Rio de Janeiro também conta com sua versão da lei, que dispõe sobre a notificação compulsória por parte de escolas públicas e particulares aos Conselhos Tutelares e à polícia sobre casos de *bullying*, sob pena de multa face ao seu descumprimento. No que diz respeito à notificação aos referidos

Conselhos, nada de novo no front, pois sua criação constituiu um dos avanços preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069), em 1990, como órgão municipal e não jurisdicional responsável por fazer valer a defesa dos direitos de crianças e de adolescentes.

O que merece destaque é a formalização da autoridade policial



como mediador efetivo na problemática do *bullying*. Esta inclusão é propícia para a discussão dos novos coloridos assumidos pela violência na contemporaneidade, posto se tratar de um exemplo paradigmático do modo como desejamos enfrentar a violência que nos acossa. Além disso, não deixa de se mostrar como sintoma de uma questão mais ampla e diretamente relacionada àquela do *bullying*, a saber, a efetividade da autoridade exercida sobre crianças e adolescentes e, em

última instância, sobre todos os cidadãos na sanção de suas inclinações violentas.

Seria a mediação dos conflitos ocorridos na instituição escolar atribuição da autoridade policial? Este parece ser o paradigma que estamos construindo atualmente, de forma que vale recolocar a questão: sendo a polícia convocada a atuar na mediação de conflitos outrora encampados por professores e familiares, quais consequências podem ser esperadas desta mudança de paradigma? Cabe ainda indagar quais resultados esperamos de nossa aposta na força policial para a resolução de conflitos como este, bem como as consequências a serem colecionadas graças a esta forma de enfrentamento da violência.

De modo simplificado – e, como tal, reducionista – convém lembrar que os episódios de *bullying* nada mais refletem do que nossa falta de habilidade para lidar com as diferenças e a dificuldade que educadores, familiares e demais atores sociais vêm enfrentando na empreitada de estabelecer limites para fazerem valer sua autoridade. Frente à dificuldade de gerir as indisposições e a falta de tolerância diante das diferenças que se manifestam pela força, nossa sociedade parece buscar, paradoxalmente, no uso da força policial a pretensa “paz dos cemitérios”. Que não sejam apenas nestes que repousem os desfechos de nossos conflitos, tampouco que sejam delegacias que nossas crianças e adolescentes aprendam o respeito à autoridade.

Fernanda Canavêz de Magalhães,
Professora de Psicopedagogia

PRECISA-SE DE COESÃO... OU SERIA SERIA COERÊNCIA?!

Diante da necessidade de comunicação, inerente ao ser humano, tende-se a privilegiar um posicionamento em detrimento do outro, quando na realidade ambos se complementam. No ato da fala ou da escrita é preciso que se observem tanto os mecanismos que têm como função estabelecer relações textuais, como, a partir desses mecanismos, revelarem-se os sentidos que produzem a interpretabilidade de um texto. Estamos falando, respectivamente, de coesão e

coerência, como dois conceitos essenciais para a apreensão do sentido de um enunciado. Trabalham para um mesmo fim, porém de diferentes formas.

O primeiro é revelado através de recursos lingüísticos “gramaticais, sintáticos ou semânticos”, em que a continuidade de um texto se dá no nível das relações entre seus constituintes; enquanto que o segundo, a coerência, é responsável pela textualidade de um enunciado, “aquilo que converte uma seqüência

lingüística em um texto”, como afirma Ingedore Koch, no livro *A Coerência Textual*.

Sabemos que há uma maior preocupação com o texto escrito, uma vez que não possui a facilidade de auto-correção presente no ato da fala – acontecimento imediato. Apesar do maior zelo, é justo na escrita que surge um alto índice de erros. Os mais comuns estão presentes na inadequação do uso de conectivos, logo na coesão. Talvez pela agitação do meio laboral, talvez pela despreocupação do escritor, seja qual for o motivo a norma é violada por um rabisco no papel que compromete a mensagem e, conseqüentemente, o entendimento.

Não podemos escolher entre coesão e coerência como se dissociados caminhassem muito bem. Certamente um texto coerente não precisa de conectivos para existir, porém não podemos pensar da mesma forma diante de uma série de conectivos sequenciados e/ou desconexos. Para transcrever a imensa quantidade de palavras que parecem brotar umas sobre as outras em nossas mentes, deve-se ter a preocupação de organizá-las a fim produzir ideias compreensíveis, que se conectem formando um texto. Parece simples? Sugiro que leia com bastante atenção alguns textos de jornais e revistas. Será como o “jogo dos sete erros”, só que no lugar de imagens encontrará palavras e expressões.

Tanto o falar bem quanto o escrever bem dependem de cada um de nós. Adéque sua linguagem à situação em que se encontra, usando diferentes graus de formalidade, mas tente manter a língua viva, fluente e saudável.

Elaine F. C. Cordeiro,
Aluna Campus Niterói



EXPEDIENTE

Equipe Folha Azul

Colaboração: Alunos e professores da AVM FACULDADE INTEGRADA
Informativo semanal/circulação interna - Tiragem: 6.000 exemplares

Participe enviando textos, piadas ou opiniões para:

folhaazul@avm.edu.br

Os textos publicados aqui são de extrema responsabilidade dos autores.

O Folha Azul não efetua nenhum tipo de revisão e não se responsabiliza pelo conteúdo dos textos.

POR UM CONSUMO SUSTENTÁVEL

Após a década de 1950, a humanidade passou a perceber os efeitos prejudiciais de seu modelo de desenvolvimento. Em sua maioria, efeitos negativos que acabaram por afetar a saúde humana e a qualidade de vida dos mesmos. Passaram a ser constantes a poluição do ar, água e solo; a perda de biodiversidade; a falta de terras disponíveis para agricultura; o aumento da miséria etc. Todos são direta ou indiretamente produtos do sistema de produção capitalista.

No entanto, a pobreza e a miséria tornaram-se símbolos maiores da contrapartida negativa oferecida pelo modelo de desenvolvimento adotado pela humanidade que desde a Revolução Industrial não consegue criar riquezas sem, ao mesmo tempo, gerar pobreza. Como pode ocorrer isso? Simples...

A nossa sociedade produz pobreza e miséria de um lado e riqueza e acumulação do outro, pois para este modelo desenvolvimentista, não existe como produzir desenvolvimento econômico sem produzir exploração social. O eixo deste modelo centra-se na economia perdurando na depredação da natureza e na exploração dos seres humanos, em que os lucros são concentrados por poucos e os prejuízos são socializados por todos.

As palavras-chave desse sistema são: crescimento ilimitado; concentração de investimentos; máxima rentabilidade; exploração da mão-de-obra. Aquele que se encaixa nesta lógica, enriquece. Mas à custa de um permanente processo de deterioração social e ambiental.

Grande parte da população mundial não tem acesso aos mínimos bens de consumo. Isso causa frustrações e conflitos sociais, acentuando a pobreza e a miséria. As bases desse modelo estão calcadas no egoísmo e no individualismo.

Onde estão a ética e crítica nessa situação em que se produzem bens

somente para aqueles que podem pagar, deixando os outros à margem? Muitos trabalhadores em todo o mundo produzem os bens pelos quais nem podem pagar. Qual a lógica nisso? E o que é pior... Esse consumo é incentivado. Os departamentos de marketing das empresas fazem questão de evidenciar a importância de se ter aquele ou este produto. Não esqueçamos que fazemos parte de uma cultura onde é mais importante “ter” do que “ser”.

Essa forma de consumo é sustentada pela idéia de busca pelo conforto e melhor qualidade de vida possível. Contudo, nem todos têm acesso igualitário a isso. Pelo contrário, uns tem mais e outros nem o tem. A forma capitalista com que a sociedade conduz a busca pelo conforto se traduz em como ela organiza a produção e o consumo, de maneira a criar e recriar permanentemente novas demandas e necessidades desnecessárias. Muitas vezes suprindo materialmente emoções e desejos jamais satisfeitos. O consumo inconsciente afeta negativamente todos os envolvidos em seu processo. Ele não traz a felicidade tanto prometida, apenas ilude. Grande parte da população mundial não tem acesso a esse consumo, nem jamais terá.

A procura pelo conforto e qualidade de vida é um direito das pessoas. No entanto é feita de forma errada, muitas vezes espelhada em padrões muito elevados de outras nações mais ricas e nunca condizentes às suas próprias realidades. Com isso intensifica-se a interferência humana nos ecossistemas naturais, acelerando os níveis de degradação e o desequilíbrio nos mesmos, ocasionando muitas vezes na falta de insumos e matérias, encarecendo custos de produção e reduzindo a disponibilidade de bens de consumo.

Há muito tempo os seres humanos vêm consumindo de forma errada, o que induz as indústrias a retirarem os recursos do meio ambiente sem

relacioná-los à capacidade de regeneração da natureza a fim de atender essa demanda crescente. Ao mesmo tempo, essas mesmas indústrias não investem em modelos de produção sustentáveis que consigam levar bens básicos de consumo à população que está à margem. Somente uma parte é plenamente atendida.

Devemos exercitar nossa capacidade crítica sobre a forma como consumimos para que possamos nos ajustar ao desenvolvimento sustentável. O consumo é importante sim, mas não devemos nos centrar em torno dele, pois o real desenvolvimento econômico sustentável tem as bases social, econômica e ambiental atendidas.

Mas também é necessário diminuir o desperdício e o consumo exagerado e inconsciente. O consumo de forma sustentável viabiliza uma melhor qualidade de vida, pois é resultado da racionalização do uso dos recursos, da redução dos desperdícios, o que causa menor geração de resíduos, combinando os interesses ecológicos, econômicos e sociais de uma sociedade. Desta forma têm-se recursos que possam ampliar a base de consumo, evitando que apenas uma parcela seja atendida.

A mudança na forma como consumimos ocorre lentamente. As sociedades percebem que suas ações predatórias de consumo e produção prejudicam social e ambientalmente, mas ainda assim não alteram seus padrões. Enquanto estes não são modificados, apenas se estimula as indústrias a apostarem e induzirem ainda mais o consumo e uma produção desenfreada.

Produção que, não atingirá a todos, apenas àqueles que possam pagar.

Vinícius Ferreira Baptista
Aluno de Gestão Ambiental,
Campus Centro

LIXO? RECICLANDO PESSOAS E CONSCIENTIZANDO PELO VERDE

Uma das soluções para o suposto caos ambiental que vivemos hoje seria a reciclagem por um motivo óbvio. As necessidades humanas são infinitas, porém os recursos para se suprir tais necessidades são escassos. Então surge o questionamento, como atender as necessidades de uma sociedade consumista e em crescimento exponencial em nossa região com os efeitos das mudanças econômicas vinculadas a Copa do Mundo e das Olimpíadas de 2016?

A capacidade, ou melhor, necessidade de reutilizar os recursos é parte essencial para redefinirmos a sociedade atual e o padrão de consumo disseminado nesse último século, a fim de permitir condições adequadas ao bem estar coletivo, redefinindo o conceito de riqueza, muito bem abordado pelo senador Cristovam Buarque em "Exaustão da riqueza. O GLOBO, Rio de Janeiro, sábado, 13 de agosto de 2011." onde diz: "para retomar a ética, o respeito à natureza ao equilíbrio fiscal, e às contas públicas, e garantirmos os serviços sociais, torna-se necessário entender que todas as crises atuais estão na definição de riqueza que a civilização industrial inventou e nela se viciou."

O conceito de reciclagem se refere a reutilizar algo que se dizia inútil, aquilo que é lixo para a sociedade pode se tornar alvo do desejo de consumo, após processado e lançado novamente no mercado. A eficiência do processo de reciclagem depende de uma coleta seletiva baseada em planejamento urbano, separando material útil como papel e plástico principalmente, por ser um dos compostos mais poluentes, poluindo por séculos e interferindo na expressão da vida devido ao longo período necessário para sua total degradação, no entanto esse processo só se tornará viável com a consciência ambiental popular, o caminho mais curto para mudarmos o estilo de vida de uma

sociedade, não se trata apenas de reciclar, mas consumir com consciência e exigir a mudança no conceito do processo produtivo, que se apresenta linear ignorando a finitude dos recursos envolvidos.

Agora uma nova questão surge, como nossas cidades desprovidas de planejamento com um crescimento totalmente desordenado podem criar um plano eficiente de coleta seletiva?

Vivemos uma crise do lixo, produzimos muito e procuramos no gramado do vizinho o local adequado para descartarmos, afinal a cidade maravilhosa não combina com lixo, combinamos com samba, futebol praia e sol, tiros, clientelismo, miséria, saúde e educação falida ... mas prefiro menos tropa de choque e mais verde, menos cacete e mais vida, menos fuzil e melhor distribuição de renda além de educação de qualidade para mudarmos o nosso "Egito". não quero um Rio bonito para gringo ver na copa e nas olimpíadas, quero um Rio belo pois seu povo merece, pois nós somos importantes, somos seres humanos e nossa vida tem valor, valor este que não se paga em dólar.

Como cidadãos e consumidores, temos o poder de definir os rumos da sociedade e do mercado, a consciência ambiental aos poucos se torna presente na cabeça dos mesmos e exigem das empresas e do governo comprometimento com assuntos verdes.

Por outro lado as empresas ao reciclarem a matéria prima minimizam a pressão sobre os recursos naturais, que mesmo renováveis estão sujeitos a escassez, melhoram sua imagem num mercado mais exigente e concorrido, elevam o valor da sua marca, e podem alcançar incentivos financeiros variados e já o governo não pode negar sua responsabilidade com o tema, o que lhe é imposto pela constituição, e deve impor limites ao capital privado além de

incentivar políticas que minimizem o desequilíbrio ambiental a fim de garantir o bem estar social.

Os benefícios da reciclagem são imensos além de diminuir a interferência do homem na natureza a fim de obter matéria prima para o processo industrial, minimiza os resíduos, gera renda e diminui a necessidade de novos lixões e aterros sanitários que possuem alta rejeição da sociedade, elevam os casos de doenças e causam danos ao lençol freático, contaminando água e solo.

A reciclagem no Brasil se tem feito presente na vida da população em geral, porém impulsionada pela desigualdade social e disparidade de renda não há consciência ambiental, há apenas a busca pela sobrevivência nessa selva de pedra, que acostumamos chamar de lar, para um eficiente processo de reciclagem necessitamos portanto, da participação da sociedade mas tal sociedade só participará quando houver consciência dos fatores envolvidos e dos benefícios não imediatos, e então surge novamente aquela fórmula mágica tão citada e tão ignorada, a educação é essencial para uma sociedade menos desigual, mais participativa e para melhor qualidade de vida e desenvolvimento com sustentabilidade.

Sergio de Mello Braga,
Aluno de Gestão ambiental,
Campus Campo Grande

